

## Paim debate salário mínimo de R\$ 400

Relator da Comissão Mista do Salário Mínimo, o senador Paulo Paim afirmou que trabalha com a idéia de reajuste do salário mínimo para R\$ 400. Ontem, ele se reuniu com o presidente da comissão, deputado Jackson Barreto, para examinar o assunto. Amanhã, os deputados e senadores do colegiado vão discutir o roteiro de trabalho, que inclui audiências nas cinco regiões do país. **Página 4**



Garibaldi Alves deve apresentar esta semana relatório parcial sobre GTech

## Na CPI dos Bingos, mais depoimentos e relatório parcial

A CPI dos Bingos tem agenda cheia esta semana: vai tomar quatro depoimentos e apresentar relatório parcial sobre a renovação do contrato da Caixa Econômica com a GTech. Hoje, a partir das 10h30, os senadores ouvem Paulo de Tarso Venceslau, ex-secretário da prefeitura de Campinas que, em 1997, teria denunciado irregularidades a Lula.

**Página 6**



Entre Heráclito Fortes, Tião Viana e Juvêncio da Fonseca, Renan Calheiros (C) preside sessão do Senado e explica que convocação permite continuidade das CPIs e votação do Orçamento

# LÍDERES DEFINEM A PAUTA HOJE

Renan busca acordo para rápida aprovação de medidas provisórias

Fim do pagamento extra na convocação pode ser votado

Senadores devem decidir novo rito para exame de MPs

Com quatro medidas provisórias (MPs) na pauta, o Plenário do Senado realiza hoje a primeira sessão deliberativa do período de convocação extraordinária. As MPs, assim como dois projetos de lei aprovados pela Câmara dos Deputados, têm prioridade na votação. A fim de viabilizar a rápida aprovação

das matérias que trancam a pauta de deliberações, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reúne-se hoje com os líderes partidários. A intenção é partir logo para o debate de duas propostas que mudam a Constituição. A primeira reduz o período de recesso parlamentar e acaba com os pagamentos extraordinários nas convocações.

A outra altera as regras para edição e tramitação de medidas provisórias. A discussão da pauta começou ontem: Renan encontrou-se com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, e com o ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner. O presidente do Senado prometeu cortar o ponto de parlamentares faltosos. **Página 3**



Manifestação de compositores e cantores reuniu na Ala das Comissões do Senado artistas como Belchior (E) e Jair Rodrigues

## Jair Rodrigues e Belchior protestam contra projeto

Cantores e compositores estiveram ontem no Senado para protestar contra projeto de lei que extingue o pagamento dos direitos autorais das músicas utilizadas em trilhas sonoras de filmes exibidos no Brasil. O senador Marcelo Crivella, que participou da reunião, disse apoiar a reivindicação dos artistas – a rejeição do proposta, que está na pauta da convocação extraordinária.

**Página 7**

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## MPs trancam a pauta da primeira sessão deliberativa da convocação extraordinária

Quatro medidas provisórias trancam a pauta da primeira sessão deliberativa da convocação extraordinária do Senado. A MP 262 abre crédito de R\$ 30 milhões para o Ministério da Integração Nacional, para socorro às vítimas da seca no Amazonas. A MP 263 concedeu abono salarial aos militares, pago em outubro e novembro de 2005. A MP 264 abre créditos de R\$ 80 milhões para o Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para a compra da safra de 40 mil agricultores familiares, e de R\$ 79 milhões para o Ministério das Cidades, para obras de prevenção em áreas de risco de desastres causados por chuvas. E a Medida Provisória 265 abre crédito de R\$ 33 milhões para o Ministério da Agricultura para ações de combate à febre aftosa.

## Presidente do Senado realiza reunião com líderes

O presidente do Senado, Renan Calheiros, se reúne hoje com lideranças partidárias da Casa, às 11h. Amanhã, o Congresso realiza sessão solene para homenagear o presidente da Argentina, Néstor Kirchner, às 15h30.

O presidente argentino, em visita oficial ao Brasil a convite do presidente Lula, cumpre agenda que inclui negociações sobre o mecanismo de consultas entre os ministérios das Relações Exteriores dos dois países.



## Comissão de Orçamento volta a analisar relatórios setoriais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) retoma hoje o exame dos relatórios setoriais à Lei Orçamentária para 2006. Dos dez relatórios setoriais, a CMO aprovou apenas o referente à área de Agricultura e Desenvolvimento Agrário.

Os textos dos relatores vão orientar a consolidação do parecer final sobre o Orçamento para 2006, a ser apresentado pelo deputado Carlito Merss (PT-SC), que estima para a segunda quinzena de fevereiro a aprovação do relatório final pelo Congresso.

## Sub-relatorias tomam oito depoimentos hoje

A Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios, conduzida pelo deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), toma hoje três depoimentos de pessoas ligadas à empresa Skymaster: o segurança Francisco Marques Carioca, o advogado Marcus Valerius de Macedo e o funcionário Reginaldo Reges Menezes Fernandes.

Ainda hoje, a Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, conduzida pelo deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS), ouve Jorge Rachid, secretário

da Receita Federal, e Antenor Pereira Madruga Filho, chefe do Departamento de Recuperação de Ativos do Ministério da Justiça.

Foram adiados os depoimentos de José Raphael Oliveira da Silva, Fernando César Braz Teixeira e Gildásio Amado Filho, diretores da fundação de previdência dos empregados das estatais de energia nuclear. Eles seriam ouvidos hoje pela Sub-Relatoria de Fundos de Pensão.



## CPI dos Bingos ouve ex-secretário de Finanças de Campinas

A CPI dos Bingos ouve hoje o economista Paulo de Tarso Venceslau, ex-secretário de Finanças das prefeituras de Campinas e de São José dos Campos (SP). Amanhã, a comissão promove reunião para leitura e discussão do relatório parcial do caso GTech, empresa multinacional de gerenciamento de loterias cujos contratos com a Caixa Econômica Federal são suspeitos de irregularidades.

Na quinta-feira, a CPI ouve Éder Eustáquio Macedo, motorista do Omega que teria transportado, em 2002, três caixas de uísque supostamente contendo US\$ 3 milhões doados pelo governo de Cuba ao PT. Ainda na quinta, serão ouvidos dois promotores de Campinas, Ricardo José Silveiras e Fernando Vianna Neto, que investigam o assassinato do prefeito Toninho do PT.

Roosevelt Pinheiro



Segundo Eduardo Siqueira Campos, programas sociais estão "sucateados"

## Eduardo: governador do Tocantins só faz marketing

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) criticou ontem a atuação do governador do Tocantins, Marcelo Miranda, principalmente na área de saúde. Segundo o parlamentar, o estado enfrenta um déficit de mais de cem médicos, problema que afeta especialmente os pequenos municípios. O desempenho do governador, disse, limita-se a ações de *marketing* e está levando os programas sociais do estado ao sucateamento.

Eduardo fez uma paródia ao slogan utilizado pelo governador para o programa de visitas aos municípios intitulado "Governo mais perto de você", criando o "Governo mais esperto que você". Segundo o senador, Marcelo Miranda forma delegações com grande quantidade de servidores públicos para promover atos públicos nos municípios que visam à sua promoção pessoal.

— Ele faz eventos para tirar carteira de identidade com certidão de nascimento, programa que já existe no Tocantins há dez anos. O governador aparece como se naquele dia fosse salvar a população do município, que ele deixa sem médico, sem vacinas, sem assistência — afirmou.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

*Site:* [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - *E-mail:* [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Eduardo Siqueira Campos e Valdir Raupp

Duas propostas de emenda à Constituição serão apreciadas em Plenário após a liberação da pauta, trancada por quatro medidas provisórias e dois projetos de lei



**Heloísa Helena: mundo da política é o excremento da democracia**

## Momento é de reflexão sobre a política, diz Heloísa

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou ontem que a convocação extraordinária do Congresso proporcionou ao país excelente oportunidade para refletir sobre o significado da política no Brasil. Para ela, “o mundo da política é o excremento da democracia”.

Heloísa informou que, nesse período, trabalhou de segunda a sexta-feira, o que, ressaltou, não seria um “ato heróico”, mas uma “obrigação constitucional”. Ela criticou os colegas parlamentares que dizem que não compareceram ao Congresso porque estavam atuando junto às suas bases. O trabalho com as bases, afirmou, pode ser feito nos fins de semana ou durante o recesso.

A representante de Alagoas, que doou os salários extras que recebeu pela convocação, contou que, como cristã, se sente frassada por ter sido obrigada a dar publicidade a um ato de caridade.

– Respeito os que devolveram os salários ao Tesouro, mas não conseguiria entregar o dinheiro aos piratas que patrocinam orgias com recursos públicos roubados – disse.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou que, assim como há os que destroem a instituição parlamentar, a generalização provoca injustiças e desestimula. Heráclito Fortes (PFL-PI) criticou o Congresso por não ter permitido que o governo assumisse o ônus da convocação extraordinária.

# Senado analisa fim de pagamento por convocações e novo rito para MPs

O Plenário realiza hoje a primeira sessão deliberativa do período de convocação extraordinária com a pauta trancada por quatro medidas provisórias (MPs). Há ainda dois projetos de lei da Câmara (PLC) em regime de urgência constitucional, que têm prioridade de votação.

Na reunião do presidente do Senado, Renan Calheiros, com os líderes partidários, marcada para a manhã de hoje, deve-se tentar um acordo para permitir a rápida aprovação das MPs e dos dois projetos. A intenção é priorizar a discussão no Plenário de duas propostas de emenda à Constituição (PECs) também na ordem do dia.

A PEC 3/00, que tramita em conjunto com as PECs 12/00 e 14/01 por tratarem todas do mesmo assunto, acaba com os pagamentos extras aos parlamentares em caso de convocação extraordinária do Congresso e reduz o recesso ao mês de julho e ao período de 21 de dezembro a 4 de janeiro.

Atualmente, o recesso parlamentar vai de 1º a 31 julho e de 15 de dezembro a 15 de fevereiro.

A PEC 72/05, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), muda as regras para edição e tramitação de medidas provisórias, que passariam a ter força de lei somente depois de admitidas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara ou do Senado (as medidas ingressariam alternadamente pelas duas Casas e não mais obrigatoriamente pela Câmara dos Deputados).

Três das quatro MPs que constam da ordem do dia de hoje abrem créditos extraordinários no Orçamento da União: a MP 262 destina R\$ 30 milhões para o Ministério da Integração Nacional; a MP 264, R\$ 80 milhões para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e R\$ 79 milhões para o Ministério das Cidades; e a MP 265, R\$ 33 milhões para o Ministério da Agricultura. A

MP 263 concedeu abono salarial aos militares, pago em outubro e novembro de 2005.

Os dois projetos de lei da Câmara que estão com o prazo vencido são: o PLC 128/05, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a professores da educação básica, e o PLC 129/05, que permite o repasse de recursos do Ministério dos Transportes para a Companhia de Navegação do São Francisco (Franave).

### Prioridades do governo

Renan Calheiros recebeu em audiência, ontem, o ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner, para tratar das prioridades do governo na pauta de votação elaborada para a convocação extraordinária. Segundo Wagner, foram mencionadas as possibilidades reais de votação da pauta e o pedido de prioridade para a chamada Lei de Florestas. Ele lembrou ainda que o governo tem total interesse na aprovação do Orçamento para 2006.

## Parlamentares que faltarem terão ponto cortado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que os parlamentares que faltarem durante a convocação extraordinária do Congresso “terão o ponto cortado”. A declaração foi dada logo após o seu encontro com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo.

– Vamos fazer o que a Constituição e o Regimento Interno mandam. Isso foi sobejamente anunciado – frisou Renan.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado foram notificadas ontem da liminar que determina a interrupção do pagamento de salários referentes à convocação extraordinária a parlamentares faltosos desde o dia 16 de dezembro de 2005. O mandado é assinado pelo juiz Márcio José de Aguiar Barbosa, da 20ª Vara Federal de Brasília, e a ação popular foi ajuizada pelo cidadão Pedro Elói Soares.

Segundo a liminar, os dois presidentes dispõem do prazo máximo de 60 dias após o término da convocação para prestar contas ao juiz sobre a frequência dos parlamentares.

Genildo Magela



**Renan: sem convocação, Congresso seria acusado de paralisar CPIs, Conselho de Ética e Orçamento**

## Para Renan, investigações e votação do Orçamento justificam trabalho extra

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem em Plenário que a convocação extraordinária é o “cenário menos desgastante” para o Legislativo diante da atual crise política. Para ele, se o Congresso não tivesse sido convocado, a instituição seria acusada de provocar a paralisação das investigações das CPIs, dos processos de perda de mandato que correm no Conselho de Ética da Câmara e da votação do Orçamento para 2006, que contém temas sociais, como o salário mínimo.

Renan frisou que a convocação extraordinária deve ser marcada pela

aprovação das propostas que diminuem o período do recesso parlamentar e acabam com o pagamento extra a deputados e senadores.

O presidente do Senado também anunciou que a pauta da Casa, trancada por quatro medidas provisórias e dois projetos de leis, deve ser liberada hoje com a votação dessas matérias.

Renan ainda pediu rapidez na aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de quatro projetos que visam inibir o uso de caixa dois nas campanhas eleitorais para que eles possam ser votados pelo Plenário durante a convocação.



**Almeida Lima afirma que reconstruir o Legislativo é uma decisão imperativa**

## Almeida Lima quer reconquista da credibilidade

Almeida Lima (PMDB-SE) exigiu ontem, em Plenário, que os parlamentares se esforcem para que o Congresso reconquiste a credibilidade junto ao povo brasileiro. Na avaliação do senador, o Parlamento vem perdendo o respeito da população em virtude das recentes denúncias de corrupção envolvendo deputados federais da base do governo.

– Está em curso uma conspiração contra o Congresso. Tentam colocá-lo no mesmo patamar rasteiro no qual se encontram os corruptos do governo e os partidos e parlamentares envolvidos nesse escandaloso processo de corrupção – afirmou.

Almeida Lima disse que o Poder Legislativo está distante da sociedade e não tem correspondido aos interesses da população. Ele acrescentou que, apesar das mazelas pelas quais passa o Congresso, os parlamentares têm o dever de reconquistar a credibilidade das duas Casas junto à população.

– Reconstruir o Legislativo é uma decisão imperativa – ressaltou o senador, frisando que o Parlamento precisa cumprir seus objetivos, “tornando-se depositário das esperanças do povo”.

Almeida Lima aproveitou para criticar a convocação extraordinária do Congresso. Para o senador a autoconvocação era desnecessária e está servindo apenas aos interesses do Poder Executivo e da base governista.



Para Antonio Carlos Magalhães, a ação do Ministério dos Transportes é eleitoreira

## ACM: operação tapa-buracos visa enganar o povo

Em pronunciamento ontem, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) referiu-se à operação tapa-buracos nas estradas como mais uma tentativa do presidente Lula de “enganar o povo com vistas à sua reeleição”.

O parlamentar lembrou que a operação foi reprovada até pelos empreiteiros.

– É mais uma malversação do dinheiro público por parte de um governo que, perdendo apoio, tenta enganar a população para ganhar novamente a Presidência da República. Mas o povo está esclarecido – enfatizou.

Antonio Carlos acusou o ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, de omissão em relação aos pedidos da bancada da Bahia para que a recuperação das rodovias federais daquele estado fosse feita há mais tempo.

– Quando esse ministro assumiu pensamos que tudo ia mudar. Pedimos recursos para estradas e nada aconteceu. Agora foram para a Bahia festejar o tapa-buraco – disse.

Ao avaliar a convocação extraordinária do Congresso, Antonio Carlos lembrou que era preciso dar continuidade aos trabalhos das CPIs e votar matérias importantes, “mas está sendo útil também para que o Parlamento possa criticar o governo corrupto do PT”.

Relator da Comissão Mista do Salário Mínimo, o senador quer discutir esse valor em audiências públicas com trabalhadores, aposentados, empregadores e as três esferas de governo

# Paim trabalha com a idéia de um salário mínimo de R\$ 400

O relator da Comissão Mista do Salário Mínimo, senador Paulo Paim (PT-RS), afirmou em entrevista à Agência Senado que trabalha com a idéia de um salário mínimo de R\$ 400.

Paim reuniu-se ontem às 15h, em seu gabinete, com o presidente da comissão, deputado Jackson Barreto (PDT-SE), para discutir o assunto.

– Vamos ver o que é possível, vamos ouvir todos os setores interessados – declarou Paim.

Amanhã, o senador pretende definir a pauta de audiências públicas que deverão ser realizadas em cidades das cinco regiões geográficas do Brasil: Manaus (AM), no Norte; Salvador (BA), no Nordeste; São Paulo (SP), no Sudeste; Curitiba (PR), no Sul; e Campo Grande (MS), no Centro-Oeste.

As conseqüências da nova política de salário mínimo nas finanças públicas – Previdência Social e orçamentos municipais – serão

discutidas nessas audiências. O debate envolverá representantes dos trabalhadores, dos empregadores, do governo (inclusive prefeituras) e aposentados.

O impacto do salário mínimo na redução da pobreza e na melhoria da distribuição de renda do país também fará parte da pauta dos debates. Outro tema a ser discutido é o efeito do salário mínimo nos níveis de informalidade e de emprego do mercado de trabalho.

## Comissão elabora projeto de política salarial permanente

A Comissão Mista do Salário Mínimo deverá discutir amanhã, em reunião marcada para as 9h, o seu roteiro de trabalho. Uma proposta preliminar de atividades elaborada pela Consultoria Legislativa do Senado foi analisada na tarde de ontem pelo presidente do colegiado, deputado Jackson Barreto (PDT-SE), e pelo relator, senador Paulo Paim (PT-RS).

O funcionamento da comissão deverá se basear em audiências públicas com representantes de diversos setores da sociedade, como universidades, associações de classe e entidades das três esferas de governo, além de institutos de pesquisa, em capitais das cinco regiões geográficas do país.

O objetivo principal da comissão é a elaboração de um projeto de lei que estabeleça uma política permanente para o salário mínimo.

– A comissão quer oferecer uma proposta de política salarial para o país para ser votada ainda neste ano. Até hoje não temos uma política de salários para o Brasil – disse Jackson Barreto.



Deputado Jackson Barreto e senador Paulo Paim: lei deve garantir correção do mínimo

Uma das medidas que pode resultar da aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de lei a ser elaborado pela comissão mista é, de acordo com o senador Paulo Paim, a adoção de um fator de correção anual do salário mínimo baseado na inflação e no crescimento do produto interno bruto (PIB).

– A intenção é que a partir de 2007 não haja mais discussão no Congresso sobre reajuste salarial. O governo apenas vai enviar uma medida provisória, baseada na

nova lei, fixando o valor do mínimo – explicou Paim.

Na tarde de ontem, Paim ocupou a tribuna para anunciar os próximos passos da comissão. O senador disse que o colegiado trabalha para conseguir negociar o novo salário mínimo no patamar de R\$ 400.

Ele afirmou ainda que a peregrinação da comissão mista pelo país terá o objetivo de estabelecer diálogo sobre o tema com as centrais sindicais, empresários e governo federal.



Segundo José Agripino, a medida não é eficaz e pode ser novo foco de corrupção

## José Agripino critica obras emergenciais em rodovias

O senador José Agripino (PFL-RN), engenheiro civil que já trabalhou na construção de estradas, criticou ontem a operação tapa-buracos do governo federal. Ele alertou sobre os remendos, que, por serem feitos apenas na superfície, podem ser destruídos com as primeiras chuvas.

Para Agripino, a operação tapa-buracos tem caráter eleitoreiro e poderá se tornar em um novo foco de corrupção, já que parte das obras será realizada sem licitação. O senador também afirmou que não há parâmetro claro para definir os custos de tapar os buracos.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) cobrou esclarecimentos do presidente Lula quanto à sua afirmação de que as empreiteiras encarregadas da operação não se entendem. A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse que o PT, no governo, toma as mesmas atitudes que criticava no governo passado, quando era oposição.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ressaltou a diferença entre o estado de conservação das rodovias cuja manutenção é responsabilidade do governo e o daquelas que foram concedidas à iniciativa privada, destacando o bom estado dessas últimas. Almeida Lima (PMDB-SE) lamentou que, para o presidente da República, a necessidade de tapar buracos seja razão de regozijo.

## Comissão analisa projeto que amplia ensino fundamental para nove anos

Dentro de cinco anos a duração do ensino fundamental deverá ser ampliada de oito para nove anos em todas as escolas do país. A medida está prevista no Projeto de Lei da Câmara 144/05, cujo relator será indicado pelo presidente da Comissão de Educação (CE), senador Gerson Camata (PMDB-ES). A proposta está na pauta do período de convocação extraordinária do Congresso.

O projeto modifica a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e estabelece que o ensino fundamental, obrigatório e gratuito na rede pública, será dirigido a crianças a partir dos seis anos de idade. Os municípios, os estados e o Distrito Federal terão prazo até 2010 para implementar a medida.

A ampliação vem sendo discutida entre representantes do governo federal e de secretarias municipais e estaduais de

Educação desde 2003, segundo informação contida na página eletrônica do Ministério da Educação. Diversos sistemas de ensino já adotaram a iniciativa, a exemplo do que fez recentemente o governo de Minas Gerais.

Ainda de acordo com a página do ministério, a ampliação do tempo de duração do ensino fundamental deverá beneficiar em especial as crianças de famílias mais pobres, uma vez que os

meninos e meninas das classes média e alta já estão incorporados aos sistemas de ensino, seja na pré-escola ou na primeira série do ensino fundamental.

O projeto que se encontra na CE estabelece ainda que a educação infantil será oferecida, em pré-escolas, para crianças de quatro e cinco anos de idade. Atualmente, segundo a LDB, a educação infantil é destinada a alunos de quatro a seis anos.



Gerson Camata deverá indicar nos próximos dias relator da proposta

Estão pendentes de votação nove dos dez pareceres sobre as diversas áreas do projeto do governo; relator-geral espera que lei seja aprovada até final de fevereiro

J. Freitas



Osmar Dias quer destinação de R\$ 5 bilhões para compensar isenção prevista na Lei Kandir

## Osmar reclama verba para estados exportadores

O senador Osmar Dias (PDT-PR) defendeu ontem, da tribuna, a necessidade de incluir na proposta de Orçamento de 2006 recursos destinados a compensação aos estados exportadores pela isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), prevista na Lei Kandir. Para o parlamentar, os valores destinados à compensação não podem ser menores que R\$ 5,2 bilhões, tendo por base as quantias de 2004 e 2005, de R\$ 3,4 bilhões.

Ao criticar o governo federal pelo fato de não ter feito constar no projeto de Orçamento essa compensação aos estados exportadores, Osmar Dias afirmou que o Executivo “não cumpriu suas responsabilidades”. O senador observou que isso já havia ocorrido em 2004 e 2005, tendo o Congresso se encarregado de corrigir a distorção.

– Não há como votar o Orçamento de 2006 sem essa previsão para a Lei Kandir. Devemos partir de uma base simples, o número previsto para 2005, mesmo desconsiderando a inflação, o aumento das exportações e da arrecadação do governo – argumentou o senador.

Osmar Dias acrescentou que o governo federal não observa a necessidade de execução de políticas públicas pelos municípios e estados e ignora a colaboração das unidades federativas de economia exportadora, especialmente na área da agricultura.

# Comissão retoma exame de relatórios setoriais da proposta de Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) retoma hoje, a partir das 14h, a apreciação dos relatórios setoriais do projeto de Lei Orçamentária para 2006. Os trabalhos do colegiado haviam sido interrompidos em 29 de dezembro, depois da aprovação do texto referente à área da Agricultura e Desenvolvimento Agrário.

Os relatórios setoriais vão orientar a consolidação do parecer final sobre a proposta orçamentária, a ser apresentado pelo deputado Carlito Merss (PT-SC). Ele estima para a segunda quinzena de fevereiro a aprovação do Orçamento pelo Congresso.

Os nove relatórios pendentes de votação são referentes a Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, e Esporte; Trabalho, Previdência e Assistência Social; Planejamento e Desenvolvimento Urbano; Poderes

do Estado e Representação; Fazenda, Desenvolvimento e Turismo; Justiça e Defesa; Infra-Estrutura; Saúde; e Integração Nacional e Meio Ambiente.

Antes de suspender os trabalhos no fim do ano, a CMO chegou a concluir a leitura do parecer sobre Previdência e Assistência Social. Durante o debate, a oposição questionou a transferência de dotações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) em favor do Bolsa-Família. Diante do impasse, o relator da área, senador João Ribeiro (PL-TO), optou por retirar o texto para negociar modificações junto ao governo.

A apreciação do relatório de Agricultura também envolveu intensas discussões. Representantes de diversos partidos – inclusive governistas – reclamaram mais recursos para as emendas das bancadas de seus

estados.

Cedendo às pressões, o relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), modificou seu parecer e reforçou cada emenda de bancada – originalmente atendidas com valores entre R\$ 3 milhões e R\$ 4,1 milhões – em mais R\$ 3 milhões.

O presidente da CMO, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), admite que os relatores das demais áreas setoriais podem enfrentar semelhante pressão por parte das bancadas estaduais. Isso porque, observou, o debate do Orçamento oferece a oportunidade de os parlamentares aparecerem diante de suas bases como defensores dos interesses de seus estados.

– Mas vamos tentar contornar a situação e garantir o mais rapidamente a apreciação dos relatórios – disse Mestrinho.



Presidente da CMO, Gilberto Mestrinho – entre Romero Jucá (E) e Carlito Merss – afirma que pretende garantir rapidez na votação dos pareceres

## Retirada de verba do Peti para o Bolsa-Família gera polêmica

Privilegiar o programa Bolsa-Família, criado no atual governo para consolidar os diversos programas federais de transferência direta de renda, ou assegurar a permanência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) nos moldes em que foi concebido durante a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa é a questão a ser decidida pela Comissão Mista de Orçamento, no momento em que retomar o debate do relatório da área de Previdência e Assistência Social no Orçamento de 2006.

Uma das dez peças temáticas que vão orientar a confecção da proposta orçamentária final, o relatório começou a ser debatido pelos membros da comissão em fins de dezembro. Porém, a discussão emperrou quando a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) revelou que o governo teria suprimi-

do cerca de R\$ 900 milhões do Peti, que transfere renda para famílias de crianças e adolescentes envolvidos em trabalho precoce, a fim de beneficiar o Bolsa-Família. Com o apoio da oposição, a senadora – que foi secretária de Assistência Social do governo anterior – condenou a preferência pelo Bolsa-Família.

O governo alega que as famílias vão continuar recebendo as bolsas da mesma maneira, apenas com modificação da vinculação dos recursos, com a passagem para o Bolsa-Família. Os R\$ 50 milhões mantidos para bolsas dentro do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil serviriam somente para atender às famílias que não se encaixam nos critérios do Bolsa-Família (renda familiar de até R\$ 100). Entre outros avanços, o Executivo alega que a unificação dos benefícios no Bolsa-

Família permite melhor identificação por meio de cadastro único, com o que se evita superposição de benefícios em dois programas.

Para a oposição, no entanto, a concessão da bolsa via Peti assegura diferencial de qualidade ainda não plenamente oferecido pelo Bolsa-Família: a exigência de comprovação de que todas as crianças estejam realmente frequentando a escola.

Além disso, argumenta que a mudança implica perda potencial para as famílias urbanas, que podem receber até R\$ 40 por criança mantida na escola pelo Peti. Desse modo, uma família com três crianças chegaria a uma soma de R\$ 120. Pelos critérios do Bolsa-Família, o grupo familiar receberia R\$ 50 fixos, mais R\$ 15 por criança, porém observando-se um teto de R\$ 95.

## Economia com FMI pode ampliar os recursos

O deputado Carlito Merss (PT-SC) calcula que poderá ter mais R\$ 1 bilhão, aproximadamente, para atender às reivindicações parlamentares sobre o Orçamento de 2006, do qual é o relator-geral. Em entrevista, explicou que, com a antecipação do fim do pagamento da dívida junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o país deve economizar cerca de US\$ 900 milhões entre este e o próximo ano.

– Por causa disso, espero contar com um valor adicional de US\$ 450 milhões para 2006, ou seja, cerca de R\$ 1 bilhão, para atender demandas como as relacionadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e ao reajuste de salário dos servidores públicos, entre outras.

Carlito Merss disse que, se a base do governo comparecer às sessões da Comissão Mista de Orçamento, será possível aprovar os relatórios setoriais em duas semanas, para então levá-los à votação em Plenário. O relator informou que três pareceres parciais ainda não foram apresentados: o de Integração Nacional e Meio Ambiente; o de Fazenda, Desenvolvimento e Turismo; e o de Infra-Estrutura.

Quanto ao salário mínimo, o deputado afirmou que a elevação para R\$ 350 “já pode ser considerada uma realidade”. Ele destacou que, “segundo algumas estimativas, esse aumento injetará R\$ 15 bilhões na economia brasileira”.

Sobre o Imposto de Renda, Merss observou que “praticamente todos no governo têm clareza sobre a importância da atualização da tabela”. Mas ressaltou que, “para a classe média, não é justo se limitar à atualização das alíquotas”. O deputado argumentou que a existência de apenas duas alíquotas é insuficiente e que, dessa forma, o Imposto de Renda continua sendo regressivo, “com os de baixo pagando mais”.



Demostenes Torres quer que ministério deixe de pagar aluguel superfaturado

## Demostenes cobra anulação de locação "fraudulenta"

Demostenes Torres (PFL-GO) pediu ontem em Plenário que o ministro Patrus Ananias, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, anule uma "locação de imóvel fraudulenta, criminosa e espúria".

De acordo com o senador, em fevereiro de 2005 o subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do ministério enviou ofício à Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão solicitando que o órgão verificasse a possibilidade de ceder espaço físico de 4,7 mil metros quadrados para abrigar unidades administrativas do órgão em imóvel pertencente à União.

A resposta do Ministério do Planejamento foi negativa e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome encontrou em maio de 2005 um imóvel em região central de Brasília, com 2,6 mil metros quadrados e pelo valor de R\$ 124,2 mil de aluguel mensal, pedido pelos proprietários e referendado por empresa contratada para avaliação.

Segundo Demostenes, o Ministério solicitou à Caixa Econômica Federal nova avaliação do imóvel. A estatal teria sugerido o valor de R\$ 21 por metro quadrado, menos da metade do preço sugerido pelos proprietários.

— Estranhamente, o parecer da Caixa foi retirado do processo e, mais estranho ainda, foi encomendado novo laudo à Câmara de Valores Mobiliários do DF, em julho, segundo o qual o imóvel deveria ser locado por preço equivalente ao pedido pelo proprietário — resumiu o senador.

Em setembro de 2005 o ministério formalizou a locação do imóvel, desconsiderando a avaliação da Caixa e, de acordo com Demostenes, causando "prejuízo de mais de R\$ 70 mil mensais ao erário". Ao final, o senador anunciou que enviará ofício ao ministro Patrus Ananias e à Mesa do Senado pedindo providências sobre o caso.

Motorista acusado de transportar supostos dólares de Cuba e ex-secretário de Campinas prometem esquentar os ânimos na comissão nesta semana. Efraim Morais analisa governo Lula

# CPI dos Bingos toma depoimentos e apresenta relatório sobre GTech

A CPI dos Bingos tem uma agenda cheia esta semana, com a tomada de quatro depoimentos e a apresentação do relatório parcial sobre a renovação do contrato da Caixa Econômica Federal (CEF) com a GTech para a operacionalização de toda a rede lotérica do país.

A partir das 10h30 de hoje, os senadores tomam o depoimento do economista Paulo de Tarso Veneslau. Ex-secretário de Finanças do município de Campinas, Paulo de Tarso teria denunciado, em abril de 1997, ao presidente nacional do PT, na época Luiz Inácio Lula da Silva, irregularidades envolvendo a empresa Consultoria Para Empresas e Municípios (Cpem), prestadora de serviços a diversas prefeituras do partido.

Conforme o ex-secretário, o esquema de corrupção era operado por Roberto Teixeira, compadre e

amigo do presidente Lula desde a década de 80. O requerimento de convocação de Paulo de Tarso é de autoria dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (PFL-RN).

A apresentação do relatório parcial sobre a GTech está prevista para amanhã, a partir das 11h30, ou após a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Segundo denúncias, Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil, e Rogério Buratti, secretário do ministro da Fazenda Antônio Palocci quando este era prefeito de Ribeirão Preto (SP), pediram propina à GTech em troca da renovação do contrato com a Caixa, no início de 2003.

Outros três depoimentos estão previstos para ocorrer nesta quinta-feira, a partir das 10h30, na CPI: do servidor do Ministério da Fazenda lotado no Rio de

Janeiro Éder Eustáquio Macedo e dos promotores de Justiça de Campinas Ricardo José Gasques de Almeida Silveiras e Fernando Pereira Vianna Neto.

Éder foi citado em matéria da revista *Veja* como o motorista responsável pelo suposto transporte, em julho de 2002, de três caixas com dólares doados por Cuba para a campanha eleitoral do PT daquele ano. O requerimento de convocação é de autoria do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Já Ricardo José e Fernando Pereira foram convidados a comparecer à CPI pelo presidente da comissão, senador Efraim Morais (PFL-PB). Os dois promotores estão trabalhando no caso (reaberto) do assassinato do ex-prefeito de Campinas Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT, ocorrido em 10 de setembro de 2001.

## Efraim diz que mérito do PT é ensinar como não se deve governar

O senador Efraim Morais (PFL-PB) afirmou ontem que o mérito da administração petista é deixar um legado de como não se deve governar. Do ponto de vista pedagógico, segundo ele, essa lição é tão valiosa quanto o seu inverso, que seria a demonstração de como se deve administrar.

Efraim criticou o "súbito empenho" do governo no conserto das estradas e disse que a falta de verbas é uma desculpa inaceitável

para a não realização dessas obras antes, questionando por que o governo não utilizou os recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), imposto criado para esse fim.

O senador comentou matéria publicada na revista *Época*, em que o presidente do PT, deputado Ricardo Berzoini, afirma que a prática do caixa dois vai continuar nas próximas eleições e reclama das iniciativas para torná-la prá-



Efraim estranha empenho do governo federal em recuperar logo as rodovias

tica criminosa. Ele apostou, no entanto, que as eleições deste ano serão "as mais fiscalizadas" porque o povo já aprendeu com a crise política.

## Para Heráclito, Lula não tem apreço pelo Congresso Nacional

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) disse ontem que o presidente Lula não mostra apreço pelo Congresso, apesar de ter sido o deputado mais votado do Brasil quando foi eleito para integrar a Assembléia Nacional Constituinte em 1986. O excesso de medidas provisórias, a forma como ocorreu a auto-convocação e a escassez de audiências com parlamentares foram exemplos desse descaso mencionados por Heráclito.



Heráclito diz que FHC dava mais atenção aos parlamentares do que Lula

O parlamentar afirmou que os trabalhos das comissões do Senado e da Câmara, entre as quais as CPIs, evidenciam que o Congresso tem trabalhado apesar das votações serem prejudicadas pelas MPs. Ele também assinalou que foram colocados

itens na pauta da convocação do Congresso, por iniciativa do governo, com a intenção de desgastar a imagem dos parlamentares e citou o projeto que prevê o aumento do número de deputados federais (PLC 180/97). Heráclito estimou ainda que o ex-presidente Fernando Henrique tenha realizado, em apenas uma semana, mais audiências com parlamentares do que Lula em três anos.

O senador criticou a operação tapa-buracos dizendo que ela não poderia ser considerada urgente, de forma a dispensar licitação, já que a deterioração das rodovias não é coisa nova.



Presidente incentivou aposentados a operar com BMG, acusa Arthur Virgílio

## Arthur Virgílio: carta de Lula pode configurar crime

O senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) comentou ontem matéria da revista *Época*, segundo a qual investigação do Tribunal de Contas da União levanta a hipótese de o banco BMG ter sido privilegiado na concessão de permissão para efetuar empréstimo consignado aos pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

A revista divulgou uma carta assinada pelo presidente Lula que incentivava os segurados a adquirirem dívidas. A carta, que teria sido enviada aos pensionistas duas semanas após o BMG começar a operar com os empréstimos, tratava a operação como novidade, apesar de a Caixa Econômica Federal já estar oferecendo o serviço havia vários meses.

— Esse episódio pode ser considerado crime de responsabilidade — afirmou o senador, registrando que para o envio das cartas foram gastos R\$ 9,5 milhões.

O líder do PSDB apontou ainda diversas denúncias de corrupção no governo federal, destacando a liberação de R\$ 30 bilhões para obras, segundo ele, com fins eleitorais. Arthur Virgílio disse ter voltado mais disposto do que nunca a lutar pela ética no poder público.

## Gilvam afirma que federalização soluciona crise de energia no AP

Gilvam Borges (PMDB-AP) reuniu-se ontem com o ministro de Minas e Energia, Silas Rondau, para discutir a dívida de R\$ 230 milhões da companhia estadual de energia com a Eletronorte, o que, de acordo com o senador, pode inviabilizar a economia do Amapá.

Ele defendeu a federalização da empresa estadual, com a participação da Eletrobrás no capital e na gestão. "Esse é o caminho. Não podemos privatizar, sob pena de enfrentarmos um verdadeiro caos no estado", afirmou.

## Maciel destaca posse de Marcos Vilaça na presidência da ABL

O senador Marco Maciel (PFL-PE) saudou, em discurso no Plenário, o novo presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), o pernambucano Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça. Advogado, jornalista, professor, ensaísta e poeta, Vilaça é membro da ABL desde 1985.

Maciel lembrou que Vilaça comprometeu-se em “honrar a transitória ocupação da cadeira presidencial de Machado de Assis, inspirado na tradição e na modernidade”, e a mirar-se no exemplo de Ivan Junqueira, seu antecessor. Este frisou, no discurso de despedida do cargo, que da ABL já fizeram parte alguns dos mais ilustres escritores, intelectuais e homens públicos do país.

O parlamentar discorreu sobre a trajetória da ABL, que surgiu em 1897, e lembrou que, na sessão de instalação, Machado de



Marco Maciel elogia pronunciamento do novo dirigente em defesa da instituição

Assis, seu primeiro presidente, já afirmava que a melhor maneira de a entidade atuar seria guardando a língua, pela “composição e conservação de obras clássicas”.

– Tradição e criação, características de um povo, esta a renovar aquela, marcam a ABL. Mercê do idealismo de seus sucessivos dirigentes e integrantes, a ABL desenvolve inúmeras ações na difusão do saber literário do país. Promove também o intercâmbio com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e povos de outras falas e culturas – disse Maciel, que foi apertado por José Agripino (PFL-RN).

## Viana leva discurso de acadêmico para os Anais do Senado

Tião Viana (PT-AC) solicitou ontem, em discurso da tribuna, a inscrição nos Anais do Senado do discurso de posse do ministro Marcos Vinícios Vilaça na presidência da Academia Brasileira de Letras, em cerimônia realizada no dia 15 de dezembro.

No pronunciamento que fez durante a posse, segundo o senador acreano, Marcos Vilaça disse que o seu objetivo não é “impor idéias”, mas “conduzir a vontade de todos, sem perda de um só milímetro do espaço das competências”.



Viana lembra papel desempenhado pela ABL na valorização da memória nacional

O acadêmico e ministro do Tribunal de Contas da União afirmou também que o papel da ABL será o de “preservar e valorizar a memória nacional; a língua como instrumento do conhecimento e da convivência e as letras como reveladoras/formadoras da identidade nacional.”

## Itamaraty abre inscrições para concurso à carreira diplomática

O Instituto Rio Branco, responsável pela seleção dos candidatos à carreira diplomática, abriu as inscrições para o concurso público do Itamaraty. São 105 vagas para o cargo de terceiro-secretário, com salário inicial de R\$ 4.615.

Neste ano há algumas modificações na seleção: o Inglês estará presente na primeira fase, conhecida como Teste de Pré-Seleção (TPS), e as questões discursivas foram retiradas dessa etapa.

Além desse teste, de caráter eliminatório e constituído de questões objetivas de Português,

História do Brasil, História Mundial, Geografia e Inglês, haverá uma segunda fase, com prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório, e terceira fase, com provas escritas de Inglês, Francês ou Espanhol, História do Brasil, Geografia, Política Internacional, Noções de Direito e Direito Internacional Público, e Noções de Economia. As provas serão pela manhã e à tarde.

As inscrições estão abertas até o dia 22, via Internet, no endereço <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006>.

Para o senador, a hidrelétrica está desobrigada de prestar contas a quaisquer instituições públicas. Ele quer a revisão do modelo gerencial que concede isenção de impostos e imunidade à usina

## Alvaro condena modelo que garante "blindagem" a Itaipu

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu a revisão do modelo de gerenciamento de Itaipu, a maior hidrelétrica do mundo. O parlamentar protestou diante do fato de a binacional estar desobrigada de prestar contas a quaisquer instituições públicas, como o Tribunal de Contas da União (TCU), o Supremo Tribunal Federal (STF) ou o Congresso Nacional.

– Se quisermos fazer um pedido de informações, não temos a quem recorrer. Itaipu tem blindagem absoluta – afirmou.

O senador cumprimentou a revista *IstoÉ*, que publicou repor-



Acordo firmado em 1973 impede controle externo da hidrelétrica, diz Alvaro Dias

tagem revelando como funciona um suposto caixa dois na hidrelétrica, que já teria movimentado, desde a década de 90, cerca de

US\$ 2 bilhões.

A informação foi prestada pelo economista Laércio Pedroso, ex-gerente financeiro da usina. Segundo a publicação, suspeita-se que os recursos sejam usados em campanhas políticas ou para financiar a corrupção.

Alvaro explicou que a “blindagem” de Itaipu, que lhe garante isenção de impostos e imunidade diante de qualquer espécie de controle externo, se deve a um acordo firmado em 1973, entre os governos brasileiro e paraguaio.

– Nem a Receita Federal chega até lá. É preciso rever esse acordo – disse o senador.

## Tuma alerta para dificuldades da indústria calçadista

Romeu Tuma (PFL-SP) registrou sua participação, como representante do Senado, na abertura da Couromodas, maior feira de calçados e artigos de couro da América Latina, realizada no Anhembi, em São Paulo. O evento, informou o parlamentar, contou com as presenças de quatro governadores e do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan.

Tuma chamou a atenção do Plenário para as dificuldades pelas quais passa o setor calçadista do país, cujos principais pólos se encontram na região de Franca (SP) e no Vale dos Sinos (RS), e pediu providências do governo.

Segundo o senador, a valorização do real frente ao dólar tem fragilizado a produção nacional frente a “volúpia da indústria chinesa”.



De acordo com Tuma, a valorização do real em relação ao dólar tem fragilizado o setor

## Protesto contra mudança na lei de direitos autorais

Cantores e compositores se reuniram ontem, na sala 19 da Ala das Comissões, para protestar contra o projeto do Senado que extingue o pagamento dos direitos autorais das músicas utilizadas em trilhas sonoras de filmes exibidos no Brasil.

A reunião contou com a presença do senador Marcelo Crivella (PMR-RJ), de oito artistas, da superintendente do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), Glória Braga, do vice-presidente da Associação

Brasileira de Música (Abramus), Walter Franco, e do presidente da Associação de Músicos, Arranjadores e Regentes (Amar), Fernando Brant.

O projeto (PLS 532/03), de autoria de Paulo Octávio (PFL-DF) e do então senador João Capiberibe, altera a Lei 9.610 e estabelece que os direitos autorais das músicas incluídas em trilhas sonoras de filmes sejam pagos somente quando da contratação da produção. Dessa forma, deixaria de ser pago o direito autoral pela

exibição do filme, calculado sobre a arrecadação bruta obtida com as bilheteiras – defendida pelo Ecad e pelos artistas.

Crivella disse que apóia a reivindicação dos artistas.

– Como senador e compositor, lutarei pelos direitos autorais dos músicos brasileiros e espero que os outros senadores também tomem essa atitude – afirmou.

De acordo com Walter Franco, faltou informação na elaboração do projeto. A matéria está na pauta da convocação extraordinária.



Músicos e representantes do setor condenam projeto que acaba com pagamento de direito autoral sobre músicas usadas em filmes

Senadora recorda celebração do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha e a luta contra a violência e a discriminação e por direitos iguais

## Serys destaca eleição de Michelle Bachelet para presidir o Chile

A senadora Serys Shlessarenko (PT- MT) registrou ontem em Plenário a vitória de Michelle Bachelet nas eleições para a presidência do Chile, salientando ser esta a primeira vez em que uma mulher é eleita presidente na América Latina.

Serys disse que teve oportunidade de conhecer Michelle Bachelet na sede da Comissão Econômica para América Latina (Cepal), no Chile, ocasião em que conheceu também suas idéias. A parlamentar lembrou que Bachelet tem diversas características que poderiam tê-la impedido de se tornar presidente, como “ser mulher, separada, socialista e agnóstica”, ressaltando que, no



Serys também se manifesta contra a convocação extraordinária remunerada

entanto, ela conseguiu se eleger. A senadora recordou a celebração, em 2005, do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha no Senado Federal

e a luta das mulheres contra a violência e a discriminação e por direitos iguais que, avaliou, estão sendo conquistados.

Serys também se manifestou contrária à convocação extraordinária remunerada, afirmando que apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC 5/04) extinguindo a remuneração extra aos parlamentares. Ela lembrou que no dia 16 de dezembro, data em que teve início a convocação extraordinária, recusou a remuneração extra, atitude que tomou pela terceira vez em sua vida parlamentar. A senadora considera a doação da remuneração extra “um ato de clientelismo e fisiologismo”.

## Suplicy sugere ao Chile e à Bolívia adoção de programas de renda

Eduardo Suplicy (PT-SP) requereu a transcrição nos Anais do Senado de cartas que enviou à presidente eleita do Chile, Michelle Bachelet, e ao presidente eleito da Bolívia, Evo Morales. Suplicy felicitou ambos pela vitória nas eleições e sugeriu aos futuros governantes a adoção de programas de renda básica de cidadania, semelhantes aos que foram criados no Brasil e também adotados no estado norte-americano do Alaska.

O senador lembrou que uma lei de 2004 instituiu no Brasil um programa de renda básica que garante o aumento progressivo da renda mínima da população. Um programa nos mesmos moldes,

viabilizado por fundos financeiros sustentados com recursos da pesca e dos royalties do petróleo, foi implantado no Alaska, visando melhorar os rendimentos das famílias pobres daquele estado norte-americano. Na opinião de Suplicy, esses programas poderiam ser copiados pelos dois países, principalmente, pelo Chile, que passa por um bom momento de sua economia. Mas o senador destaca que a Bolívia também deveria aderir ao exemplo, uma vez que possui numerosa população de baixa renda.

Durante seu pronunciamento, Eduardo Suplicy ressaltou a importância da eleição de Michelle Bachelet para a de-



Renda básica de cidadania deve ser adotada pelos dois países, afirma Suplicy

mocracia da América Latina. O parlamentar comentou ainda a visita de Evo Morales ao Brasil, observando que Morales venceu a eleição também por 54% dos votos, “mas em primeiro turno”. Suplicy informou ter sugerido pessoalmente ao futuro chefe de Estado boliviano a criação de um fundo financeiro para viabilizar a criação de um programa de renda básica naquele país.

## Ideli: "Bachelet sempre lutou pelos menos favorecidos"

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) saudou ontem a eleição para presidente da República da ex-ministra da Defesa e da Saúde do Chile, Michele Bachelet.

Ideli lembrou o passado de Bachelet para elogiar sua força como mulher e política “que sempre lutou pelos menos favorecidos”. A senadora disse que a presidente eleita do Chile é oriunda de uma família simples e filha de militar perseguido e torturado pela ditadura do general Augusto Pinochet, mas demonstrou competência ao chegar ao maior cargo



Ideli lembra passado e elogia força como mulher e política da nova presidente

do país. – Ela mesma foi perseguida pelos militares de Pinochet – en-

fatizou Ideli Salvatti, recordando que esteve pessoalmente em almoço oferecido por Michelle Bachelet, então ministra da Defesa, em Santiago, em dezembro de 2002, quando acabara de ser eleita senadora.

Conforme Ideli, na ocasião a ministra lhe escreveu uma dedicatória, na qual comparou a atuação política das duas em favor dos pobres e solidarizou-se com o governo eleito do Brasil. Ao final do discurso, a senadora leu em Plenário a dedicatória escrita em espanhol.

## Cristovam lembra 50 anos da posse de JK e Plano de Metas

Cristovam Buarque (PDT-DF) lembrou que no dia 31 deste mês comemora-se o 50º aniversário da posse de Juscelino Kubitschek, “o mais respeitado e reverenciado entre todos os presidentes eleitos do Brasil”. O senador homenageou a memória de JK e propôs um novo Plano de Metas (programa lançado no primeiro dia de governo de Juscelino).

Para Cristovam, o Plano de Metas que o Brasil precisa para o século 21 “teria os objetivos de reverter as desigualdades e a tragédia social”.

– A preocupação com o atraso econômico seria substituída pela superação da pobreza social. Brasília, por educação. Os incentivos fiscais, por incentivos sociais. Estradas, por água e esgoto.

Segundo o senador, nenhum



Cristovam: novo plano teria objetivo de reverter desigualdades e tragédia social

dos 11 presidentes que sucederam Juscelino conseguiu encantar o país em torno de metas e “ao mesmo tempo iniciar o cumprimento das promessas de campanhas”. Cristovam pediu que o exemplo de Juscelino volte a inspirar os brasileiros e citou a minissérie da TV Globo, em exibição, sobre a vida do ex-presidente.

– Quem sabe, isso não vai nos provocar a ir além dele, refletirmos melhor sobre a nossa história e o nosso destino, despertar em nós um sentimento comum que não temos há muitos anos.

## Paulo Octávio elogia o homem público e a minissérie

Paulo Octávio (PFL-DF) homenageou o ex-presidente Juscelino Kubitschek, que governou o Brasil de 1956 a 1961. O parlamentar também fez elogios à minissérie JK, produzida pela TV Globo, que retrata a vida do político mineiro desde a sua infância. A minissérie, disse Paulo Octávio, conta a história de um homem simples, sonhador e determinado.

Para o senador, o ex-presidente percebeu as potencialidades do Brasil e soube elaborar um projeto de governo para realizá-las. Ele afirmou que Juscelino recebeu um país de seu antecessor e entregou outro ao sucessor, já com estradas, com o interior sendo explorado, com a produção de veículos e de energia e com indústrias sofisticadas.

Paulo Octávio enalteceu a produção da minissérie JK, dizendo



Paulo Octávio observa que minissérie conta a história de um homem sonhador

que poucos trabalhos, inclusive no exterior, se comparam a ela.

Em apartes, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Eduardo Suplicy (PT-SP), Demostenes Torres (PFL-GO), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Alvaro Dias (PSDB-PR), Augusto Botelho (PDT-RR), Almeida Lima (PMDB-SE) e Gilvam Borges (PMDB-AP) elogiaram JK e a minissérie, destacando o fato de que o programa lembra aos brasileiros que existem homens públicos exemplares.

## Presidente da Argentina será homenageado pelo Congresso

O Congresso Nacional realiza amanhã, às 15h30, sessão solene para homenagear o presidente da Argentina, Néstor Kirchner, no Plenário do Senado. Estão previstos discursos dos presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo.

O presidente argentino, que estará em visita oficial de dois dias ao Brasil a convite do

presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cumprirá agenda que inclui almoço no Itamaraty e uma rodada de negociações para aprofundar o mecanismo de consultas entre as duas chancelarias.

O chanceler argentino, embaixador Jorge Taiana, veio a Brasília, na última quarta-feira, para definir os temas prioritários das discussões bilaterais do encontro presidencial.